ENTRE O ENGENHO E O ILÊ: APRENDIZAGEM, TERRITÓRIO E DIÁSPORA NO ILÊ AXÉ IJEXÁ ORIXÁ OLUFON (ITABUNA-BA)

Beatriz Pinheiro Muniz
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-4026-8414
Endereço eletrônico: bpmuniz.ppge@uesc.br

Palavras-chave: Terreiro de candomblé; Diáspora africana; Memória e resistência; Historiografia atlântica; Itabuna (BA).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, terreiro de candomblé de nação nagô-ijexá, consagrado ao orixá Oxalufã, fundado em 1975 no bairro Santa Inês, na cidade de Itabuna, sul da Bahia. A casa é reconhecida, na historiografia local, como desdobramento direto da trajetória de Inês Maria, de nome nagô Mejigã, mulher ijexá escravizada no Engenho de Santana, na região cacaueira, que, segundo a memória oral preservada por seus descendentes, tornou-se sacerdotisa de Oxum após adoecer, ser dada como morta e refugiar-se na Mata do Camacan (SILVEIRA, 2012). Dessa experiência de fuga e reconstituição da vida em liberdade nasceu, décadas mais tarde, a comunidade de axé que hoje ocupa o bairro Santa Inês.

O problema que orienta esta pesquisa parte de uma constatação: a historiografia sobre terreiros de candomblé na Bahia concentra-se no eixo Salvador-Recôncavo, deixando pouco espaço para comunidades de matriz africana consolidadas no Sul da Bahia, região historicamente definida pela economia cacaueira e pela migração de populações escravizadas para as fazendas de cacau no século XIX. O Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, por sua origem vinculada a um engenho e por sua posterior inserção na malha urbana de Itabuna, oferece um caso produtivo para deslocar esse eixo e pensar a diáspora africana no Atlântico Sul a partir de suas margens regionais.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon como

espaço de produção de saberes, memória e resistência cultural, articulando três dimensões: (i) os processos de aprendizagem próprios ao terreiro, fundados na oralidade, na corporeidade e na iniciação, em contraste com a racionalidade da escola formal; (ii) a relação do terreiro com o território e com a cidade de Itabuna, compreendida a partir da noção de terreiro como instituição (Sodré, 2017); e (iii) a inserção dessa comunidade de axé no contexto mais amplo da diáspora africana no Atlântico Sul, que tornou historicamente possível a consolidação de casas de nação ijexá fora do eixo tradicional da historiografia baiana.

A justificativa se assenta em dois planos. No plano historiográfico, contribui-se para o adensamento dos estudos sobre religiosidade afro-brasileira no Sul da Bahia, região ainda pouco explorada por essa vertente da produção acadêmica. No plano teórico - político, dialoga-se com a provocação da imagem benjaminiana do anjo da história, arrastado pelo vendaval do progresso enquanto observa as ruínas se acumularem a seus pés (BENJAMIN, 1987). Se a humanidade dificilmente aprende com a história, o terreiro aqui estudado apresenta um regime de memória distinto: não uma narrativa linear de progresso, mas uma reelaboração ritual contínua do passado de escravidão, na qual os mortos — Mejigã e sua descendência — são recorrentemente reativados e reintegrados à vida da comunidade. Trata-se de investigar se essa pluralidade de experiência cultural e religiosa aponta alternativas de enfrentamento simbólico à uniformização imposta pela nova (des)ordem global.

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico-documental, encontra-se em andamento e integra o projeto de mestrado da autora, vinculado à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Os procedimentos combinam: (a) revisão da produção acadêmica já publicada sobre o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, incluindo dissertação (Queiroz, 2009), artigos (Viana; Oliveira; Soares Santos, 2019; Borges; Caputo; Oliveira, 2016) e ensaio historiográfico sobre a fundação da casa (Silveira, 2012); (b) análise documental de acervo fotográfico e de relatos sobre a trajetória de Mejigã e seus descendentes; e (c) diálogo com a historiografia atlântica (Armitage, 2002; Alencastro, 2000), utilizada para situar a formação da comunidade ijexá de Itabuna no quadro das dinâmicas de circulação e reconstituição cultural do Atlântico Sul. A leitura de Muniz Sodré (2017) fornece a chave conceitual para tratar o terreiro não como sobrevivência isolada, mas como instituição que

organiza espaço, tempo e conhecimento em relação direta com a cidade que o circunda. Etapa posterior prevê entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, complementando a análise bibliográfica com dados de observação direta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da produção acadêmica sobre o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon permite identificar três eixos convergentes com os objetivos desta pesquisa: a aprendizagem no terreiro, a relação terreiro-cidade e a inscrição diaspórica da comunidade.

No que se refere à aprendizagem, os estudos disponíveis descrevem o terreiro como espaço pedagógico que opera por vias distintas da escola formal. Viana, Oliveira e Soares Santos (2019) demonstram, a partir do uso das cores no ritual, em especial do branco, que a transmissão de saberes sobre o axé e sobre as identidades de orixá ocorre por práticas vividas e memória corporificada, e não por transmissão discursiva ou escolarizada, produzindo identidade mítico-humana em cada filho de santo e revelando formas de existência historicamente silenciadas. Borges, Caputo e Oliveira (2016), por abordagem etnográfica no próprio terreiro, evidenciam como a organização geográfica do espaço sagrado — casas de orixá, mata, terreiro e residência — constitui um dispositivo pedagógico, capaz de subsidiar o ensino da geografia a partir de lógica espacial alternativa à cartografia convencional. Esses achados sustentam a hipótese de que o terreiro produz epistemologia própria, fundada na prática, na oralidade e na iniciação, tensionada com a racionalidade escolar.

Quanto à relação entre terreiro, território e cidade, a dissertação de Queiroz (2009) reconstrói a memória e a identidade da casa nagô-ijexá desde a fundação até sua consolidação como referência religiosa em Itabuna, evidenciando como a comunidade se organizou no bairro Santa Inês e estabeleceu vínculos com a cidade ao longo de cinco décadas. Esse processo confirma a proposição de Sodré (2017), para quem o terreiro disputa e reorganiza o espaço urbano, projetando nele uma ordem simbólica africana que resiste à lógica de apagamento historicamente aplicada à religiosidade afro-brasileira nas cidades. Em Itabuna, essa disputa adquire contornos particulares por tratar-se de cidade formada pela economia do cacau, cuja narrativa oficial silencia o protagonismo da população negra escravizada nos engenhos da região — silenciamento que o terreiro, por sua memória

fundacional, contesta.

Por fim, a inscrição diaspórica da comunidade encontra respaldo no ensaio de Silveira (2012), que reconstitui a trajetória de Mejigã desde a senzala do Engenho de Santana até a fundação do Ilê Axé Ijexá, descrevendo esse processo como gesto de memória que reativa geografias, corpos e sentidos que a linguagem científica não traduz por inteiro. Situar essa trajetória na historiografia atlântica esclarece por que uma comunidade ijexá pôde consolidar-se no Sul da Bahia: para Alencastro (2000), o Atlântico Sul constituiu-se, entre os séculos XVI e XIX, como sistema integrado de circulação de pessoas escravizadas e práticas culturais entre a África Centro-Ocidental e o Brasil, tornando possível a formação de comunidades de matriz africana em múltiplas regiões do litoral e do interior brasileiro, não apenas no eixo recôncavo-soteropolitano. Armitage (2002), ao propor registros circum-, trans- e cis-atlântico, oferece instrumento para situar a casa simultaneamente como parte de um sistema amplo de circulação cultural africana e como fenômeno particular à história local de Itabuna.

CONCLUSÕES

Os resultados preliminares desta pesquisa em andamento indicam que o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon constitui um objeto historiográfico relevante não apenas para os estudos da religiosidade afro-brasileira, mas para a compreensão mais ampla dos processos de resistência cultural na região Sul da Bahia. A análise conjunta da produção
acadêmica já existente sobre a casa permite sustentar que o terreiro opera simultaneamente como espaço de aprendizagem não escolar, como instituição que reconfigura sua relação com a cidade de Itabuna, e como nó de uma rede diaspórica mais ampla, cuja consolidação só é inteligível à luz da historiografia atlântica.

Compreende-se, assim, que o objeto de pesquisa se insere de modo pertinente no eixo temático deste colóquio, na medida em que oferece um caso empírico e situado para pensar até que ponto a diversidade da experiência humana — expressa aqui em práticas culturais e religiosas de matriz africana — ainda é capaz de indicar caminhos de enfrentamento e de resistência frente ao avanço da nova (des)ordem global e de sua geopolítica autoritária. As etapas subsequentes da pesquisa, voltadas à realização de entrevistas com membros da comunidade, deverão aprofundar e, quando necessário, revisar as interpretações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (org.). **The British Atlantic World, 1500-1800**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002. p. 11-27.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, L. M.; CAPUTO, S. G.; OLIVEIRA, R. N. A organização geográfica do terreiro de candomblé contribuindo para o ensino da geografia. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, Salvador, 2016.

QUEIROZ, Marcos Salviano Bispo. **Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon**: memória e identidade de uma casa nagô-ijexá. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Marialda Jovita. Do Engenho de Santana ao Ilê Axé Ijexá: o final do contexto da escravidão. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). **Mejigã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

VIANA, Moisés dos Santos; OLIVEIRA, R. N. de; SOARES SANTOS, I. S**.** Alá Funfun: experiências e saberes no Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, em Itabuna-BA. **Revista Brasileira Multidisciplinar,** v. 22, n. 2, p. 131-145, 2019.